

A representação social do trabalho feminino para homens casados

Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Psicologia/FAFICH, Avenida Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha, Belo Horizonte-MG, CEP: 31270-901. nascimento@fafich.ufmg.br

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Psicologia/FAFICH, Avenida Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha, Belo Horizonte-MG, CEP: 31270-901. fgian@uol.com.br

Zeidi Araújo Trindade

Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Av. Fernando Ferrari, 514, CEMUNI VI, Campus Universitário de Goiabeiras/UFES, CEP: 29075-910. zeidi@uol.com.br
Agência Financiadora: PROCAD/CAPES

Resumo

Pode-se considerar que a modesta mudança na divisão das tarefas domésticas e familiares entre parceiros, apontando uma provável manutenção da caracterização tradicional do trabalho feminino fora do lar como de menor valor, indica a progressiva consolidação do trabalho como atributo feminino num contexto de ainda forte desigualdade de direitos e deveres no cotidiano de cônjuges trabalhadores. Nesse sentido, procurou-se investigar a representação social do trabalho feminino para um grupo de homens casados. Os resultados mostram que os ganhos pessoais e financeiros para as mulheres não alteram de forma significativa as atribuições relacionadas aos papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. Nesse sentido, o trabalho feminino é entendido como um direito concedido às mulheres, que não deveria implicar o abandono dos “deveres” femininos.

Palavras-chave

Trabalho feminino; representações sociais; gênero; cidadania.

INTRODUÇÃO

É informação recorrente o fato de que o progressivo ingresso da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho¹ tem sido acompanhado pela constatação de uma ainda significativa diferença entre salários de homens e mulheres, mesmo quando ocupam cargos iguais². Ainda que esse rendimento, mesmo que desigual, tenha se tornado indispensável para a sobrevivência de muitas famílias³, ele não tem se convertido consistentemente em diminuição da sobrecarga de tarefas resultantes, para as mulheres, da inserção no mercado de trabalho, aliada à manutenção de tarefas no âmbito familiar (BRUSCHINI, 2000; SORJ, 2004). Segundo Araújo e Scalon (2005),

o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico e as atribuições de homens e mulheres relacionadas com o trabalho de reprodução cotidiana da vida social permanecem como um dos aspectos menos permeáveis às mudanças que marcam o período contemporâneo (p. 69).

Diante desse quadro, e numa perspectiva que defende que a divisão sexual do trabalho, tanto formal quanto doméstico, não pode ser dissociada das relações sociais de gênero mais amplas (HIRATA, 2002), parece relevante admitir que essa pouca permeabilidade a mudanças, ou seja, a pouca participação masculina nas tarefas domésticas, mesmo quando os dois membros do casal possuem trabalho formal (RIBEIRO, 2005), pode indicar um entrelaçamento entre as representações ainda tradicionais de mulher e homem e de trabalho feminino e trabalho masculino, como a percepção tradicional do homem como provedor (NOLASCO, 1993; SARTI, 1996) e da mulher como mãe e “rainha do lar” (MELO, 1998), tanto para os homens quanto para as mulheres.

¹ A participação feminina na população economicamente ativa (PEA) subiu de 32% em 1977 para 46% em 2001 (SOARES e IZAKI, 2002), impulsionada pelo progressivo aumento da taxa de atividade feminina, que em 2002 chegou a atingir 50,03% (IBGE, 2004).

² De acordo com dados do IBGE (2004), em 2002 o rendimento das mulheres correspondia aproximadamente a 70% do masculino (rendimento médio masculino = R\$ 719,90 e rendimento médio feminino = R\$ 505,90). Essa taxa certamente varia conforme o grau de instrução. Segundo esses dados, há maior diferença salarial para as mulheres com nível de educação superior (recebiam por hora de trabalho R\$ 5,40 a menos do que os homens com o mesmo nível, enquanto as mulheres com até quatro anos de estudo recebiam R\$ 0,40 a menos).

³ Segundo Leone (2000), “o trabalho da mulher ajudou, em 1995, a 13,9% do total de famílias com alguma mulher entre seus componentes, moradores da Região Metropolitana de São Paulo, a deslocar-se para um nível superior de renda” (p. 98).

Resultados de investigações recentes têm apontado, por exemplo, a manutenção da relação mulher-maternidade como fator decisivo tanto para a opção da mulher ingressar/permanecer no mercado de trabalho, quanto para a determinação de sua jornada de trabalho (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003; ITABORAÍ, 2003; ROCHA-COUTINHO, 2005). Também é de se esperar que essa relação esteja condicionando, para além da necessidade financeira, a avaliação masculina do trabalho das esposas/companheiras⁴. Evidentemente não estamos afirmando ser este o único fator em jogo na avaliação dos homens. Questões históricas relacionadas à honra masculina, provimento do lar e risco de traição feminina também podem ser consideradas componentes dessa avaliação. Essas questões se relacionam ao que se tem denominado contemporaneamente de masculinidade hegemônica.

É preciso esclarecer que o conceito de masculinidade hegemônica utilizado aqui caracteriza a prevalência de um ideal, de um modo de ser ou estilo que, na prática, não pode ser alcançado em sua totalidade. Ou seja, o que chamamos masculinidade hegemônica é, a rigor, uma abstração teórica, um modelo com o qual podemos comparar concepções e práticas cotidianas de sujeitos concretos. Se denominamos esse modelo de hegemônico é porque ele, a partir de um dado momento, conjuga as características menos discutíveis do que seria um “homem de verdade” nas sociedades ocidentais.

De modo geral, é possível considerar que “igualamos a masculinidade [no caso, o modelo hegemônico de masculinidade] com ser forte, bem-sucedido, capaz, confiável e ostentando controle” (KIMMEL, 1997, p. 50). A esses atributos poderíamos acrescentar: ser emocionalmente controlado; viril, característica também associada ao desempenho adequado do papel de provedor; e sexualmente ativo (FRY, 1982; PARKER, 1991; LEAL e BOFF, 1996; SALEM, 2004; TRINDADE e NASCIMENTO, 2004). Não buscar ou abrir mão, mesmo que parcialmente, dessas características pode ter como resultado para o homem que abdica a qualificação, por exemplo, de “mole” (BADINTER, 1993) ou “pilha fraca” (CECCHETTO, 2004).

É preciso admitir que essas referências não são estáticas e que, como quase todo conjunto de ideias que articula práticas sociais, a maior ou menor vitalidade do que se tem denominado masculinidade hegemônica é resultado

⁴ Perfil da mulher trabalhadora dos anos de 1970: jovem, solteira e sem filhos. Para os anos de 1990: mais velha, casada e mãe (GUIMARÃES, 2001).

do embate cotidiano com outros conjuntos de ideias que, por sua vez, constroem e mantêm grupos sociais concretos.

Nesse sentido, para o entendimento da dinâmica de elementos envolvidos nesse embate, parece-nos adequada a Teoria das Representações Sociais⁵.

Na perspectiva estrutural do estudo das Representações Sociais, estas são consideradas “uma visão funcional do mundo, que permite ao indivíduo ou ao grupo conferir sentido às suas condutas, entender a realidade mediante seu próprio sistema de referências e adaptar e definir, deste modo, um lugar para si” (ABRIC, 2001, p. 13).

Quanto à sua estrutura, dois sistemas compõem a representação: um central, denominado núcleo, e um periférico. No núcleo estariam os elementos mais estáveis, mais persistentes, organizadores da representação. O sistema periférico, por sua vez, seria formado por elementos mais contextuais, mutáveis e serviria como uma proteção do núcleo, garantindo, ao mesmo tempo, a permanência da representação e a sua atualização nas conversações e práticas cotidianas (ABRIC, 2001; FLAMENT, 2001).

Se as representações sociais têm como primeiro objetivo transformar o não-familiar em familiar (MOSCOVICI, 2003), parece-nos relevante, em um contexto de progressivo ingresso das mulheres no mercado de trabalho, identificar como se ancoram as possíveis diferentes práticas conjugais exigidas dos homens por esse contexto. De forma direta, em uma perspectiva relacional, pode ser esclarecedor o investimento em investigações que procurem compreender o trabalho feminino em sua dimensão mais imediata e cotidiana na vida dos cônjuges das mulheres trabalhadoras.

Segundo Welzer-Lang (2004),

“os homens só existem como categoria, grupo (ou classe) em relação estrutural com as mulheres. Estudar os homens – inclusive para compreender suas mudanças (...) – passa, assim, pela compreensão dos efeitos das relações sociais de sexo nas representações e práticas masculinas” (p. 113).

Assim, a presente investigação teve como objetivo identificar que elementos compõem, nas esferas conjugal e familiar, a Representação Social de

⁵ Para um aprofundamento da discussão sobre a possível articulação entre a Teoria das Representações Sociais e as Teorias Feministas e, ou, de Gênero, ver Banchs (1999), Arruda (2002) e Oliveira e Amâncio (2006).

Trabalho Feminino para homens casados, procurando compreender de que forma as concepções mais gerais sobre essa temática se articulam com as percepções do que seriam maridos e esposas ideais e com a efetiva inserção dos cônjuges no mercado de trabalho, buscando também nessa inter-relação a identificação das possíveis consequências mais gerais para o cotidiano familiar desses homens.

MÉTODOS

Foram entrevistados 100 homens casados ou em situação conjugal com parceira fixa, residentes no município de Vitória-ES. As entrevistas foram realizadas individualmente na rua ou no local de trabalho dos respondentes. O protocolo de entrevista utilizado continha itens sobre: a) dados pessoais; b) associação livre⁶ a partir dos termos indutores “bom marido” e “boa esposa”; c) associação livre a partir da frase “mulher que trabalha fora”; d) identificação das possíveis consequências positivas e negativas do trabalho feminino para a própria mulher, para o seu marido/companheiro e para o casal/família; e) inserção da esposa/companheira no mercado de trabalho; f) realização cotidiana de atividades relacionadas à casa e à família; e g) contribuição dos cônjuges para a renda familiar, assim como o destino dado ao rendimento de cada um deles. Para o tratamento da enumeração das características de bom marido e boa esposa utilizou-se a análise de evocação, com o auxílio do software EVOC⁷. As demais questões foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à caracterização dos sujeitos entrevistados, temos: a) escolaridade: 1ª grau (33 sujeitos), 2ª grau (34 sujeitos) e 3ª grau (33 sujeitos); b) idade: 20 a 29 anos (24 sujeitos), 30 a 39 anos (26 sujeitos), 40 a 49 anos (25 sujeitos) e 50 a 59 anos (25 sujeitos); c) número de filhos: sem filhos (18 sujeitos), um filho (25 sujeitos), dois filhos (34 sujeitos), três filhos (18 sujeitos)

⁶ "O que você pensa, sente e imagina quando escuta a expressão _____?"

⁷ EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant L'Analyse des Évocations*): considerando os critérios de frequência e de ordem de evocação, esse *software* permite a identificação dos principais componentes de uma dada representação, possibilitando também a descrição de sua organização.

e quatro filhos (5 sujeitos); d) religião: católicos (55 sujeitos), evangélicos (15 sujeitos), evangélicos pentecostais (8 sujeitos), espírita (1 sujeito), sem religião (20 sujeitos) e sem informação (1 sujeito). Quanto à inserção do cônjuge no mercado de trabalho, 56 entrevistados afirmaram que suas esposas/companheiras trabalham; 37 entrevistados indicaram que essas não trabalham atualmente, mas já o fizeram; e sete afirmaram que suas esposas/companheiras nunca trabalharam.

A análise de evocação para frequência (FR) intermediária igual a 19 e ordem de evocação (OE) média igual a 2,2, das características apontadas pelos respondentes para um bom marido/companheiro (número total de palavras = 385, número de palavras diferentes = 94) revelou como elementos centrais: fidelidade e o respeito; como elementos da periferia mais próxima: companheiro, compreensivo, honesto e trabalhador; e como alguns dos elementos mais distantes: carinhoso, amigo e dedicado (Tabela 1).

Tabela 1 – Características de bom marido/companheiro (número total de palavras = 385; número de palavras diferentes = 94; frequência (FR) intermediária = 19; e ordem de evocação (OE) média = 2,2)

	Ordem de Evocação \leq 2,2	Ordem de Evocação $>$ 2,2
Frequência \geq 19	Fidelidade: FR = 26; OE = 1,769 Respeito: FR = 19; OE = 1,947	Companheiro: FR = 28; OE = 2,679 Compreensivo: FR = 20; OE = 2,550 Honesto: FR = 20; OE = 2,200 Trabalhador: FR = 24; OE = 2,458
Frequência $<$ 19		Carinhoso: FR = 14; OE = 3,357 Amigo: FR = 11; OE = 3,273 Dedicado: FR = 10; OE = 2,700

Como características apontadas para uma boa esposa/companheira (número total de palavras = 379, número de palavras diferentes = 82) temos como centrais: companheira, fidelidade e respeito; como pertencentes à

periferia mais próxima: carinhosa, compreensiva e honesta; e como algumas das mais distantes: boa dona de casa, trabalhadora e boa mãe (Tabela 2).

Tabela 2 – Características de boa esposa/companheira (número total de palavras = 379; número de palavras diferentes = 83; frequência (FR) intermediária = 19; ordem de evocação (OE) média = 2,23

	Ordem de Evocação $\leq 2,2$	Ordem de Evocação $> 2,2$
Frequência ≥ 19	Companheira: FR = 28; OE = 2,179 Fidelidade: FR = 24; OE = 1,833	Carinhosa: FR = 21; OE = 2,714 Compreensivo: FR = 27; OE = 2,444 Honesto: FR = 21; OE = 2,238
Frequência < 19		Boa dona-de-casa: FR = 15; OE = 2,933 Trabalhadora: FR = 11; OE = 2,909 Boa mãe: FR = 8; OE = 2,625

As representações de marido e esposa ideais são, considerando seus elementos constituintes, bastante semelhantes. Sete dos nove elementos principais dessas representações são coincidentes (fidelidade, respeito, companheiro(a), compreensivo(a), honesto(a), trabalhador(a) e carinhoso(a)). Além disso, como elementos comuns aos seus núcleos, temos “fidelidade” e “respeito”. Tal configuração exige que seja admitido que essas representações estão articuladas em um campo representacional mais geral, que permite a identificação do que são homens e mulheres, podendo esse mesmo campo conceder também uma particularização dos atributos segundo o tipo de relação que é estabelecida com os pares. Assim, podemos entender os atributos “dona de casa” e “boa mãe” como articulados a atributos compartilhados na base desse mesmo campo. Entretanto, é prudente observar que, além desses dois últimos atributos relacionados especificamente à boa companheira/esposa, há dois outros considerados à primeira vista como coincidentes, mas que podem possuir valor bastante diferente conforme o gênero ao qual se relacionam. O primeiro é o atributo “honestidade”. Sabe-se que tradicionalmente esse atributo pode ter valor diferente de acordo com o gênero ao

qual se relaciona. Assim, “aquela que não trai, que é fiel”, é sentido recorrentemente relacionado no cotidiano ao qualificativo honesta. Também o adjetivo “trabalhador(a)” deve ser relativizado. De modo geral, o trabalho formal ainda aparece mais fortemente associado ao homem como característica definidora do seu papel tradicional de provedor. Este fato pode ser observado nos resultados apresentados através da “localização” do atributo “trabalhador(a)” na configuração das representações (elemento próximo ao núcleo de bom marido, elemento na periferia mais distante para boa esposa). Além dessa diferenciação relativa à disposição dos elementos, convém também ponderar que muitas vezes o termo “trabalhadora” pode significar “trabalhadeira”, ou seja, qualifica aquela que cumpre de forma eficiente as tarefas relacionadas especificamente ao lar.

Nessa mesma direção, no trabalho desenvolvido por Trindade, Nascimento e Gianordoli-Nascimento (2006) sobre a representação social de homens e mulheres ideais para homens e mulheres, a representação de mulher ideal para os homens também contempla elementos que associam a mulher ideal às funções de esposa e mãe, ambas articuladas aos atributos trabalhadora e honesta. Segundo seus entrevistados, “a mulher deve ser trabalhadora a fim de cumprir sua responsabilidade com o marido, com a casa e com os filhos, mantendo o duvidoso *status* de ‘peça principal da família’” (p. 207), e deve ser necessariamente honesta, o que significa que, além de respeitar as leis vigentes, deve ser fiel e não trair o companheiro.

Sobre a questão de associação livre “o que você pensa, sente e imagina quando ouve falar ‘mulher que trabalha fora’”, os sujeitos apontaram aspectos positivos e negativos do trabalho feminino, indicando ser essa uma questão que estimula mais posicionamentos do que considerações mais gerais sobre o tema. Optamos por apresentar de forma cursiva os resultados dessa questão, pois veremos a seguir como essas consequências positivas e negativas são consideradas pelos sujeitos segundo quem as sofre. Como consequências positivas do trabalho feminino (N = 115), os homens entrevistados apontam “ajudar o marido financeiramente” (27,0% das respostas positivas), “independência financeira da mulher” (21,7%), “realização/crescimento pessoal” (15,6%), “necessidade financeira” (11,33%), “mulher tem os mesmos direitos” (4,4%), “liberdade/autonomia” (3,5%), “sair da rotina/ocupar a mente” (2,6%), “bom para a relação conjugal” (2,6%) e “outras respostas” (11,3%). Encontramos como consequências negativas (N = 26) “assédio/risco de traição” (34,6%

das respostas negativas), “distância dos filhos/filhos com problemas” (26,9%), “maus conselhos/más companhias” (7,7%), “independência da mulher” (7,7%), “dupla jornada” (7,7%) e “outras respostas” (15,4%).

Quando as questões passaram a se referir de forma direta à identificação de conseqüências positivas do trabalho feminino, segundo quem as sofre (Tabela 3), os sujeitos identificaram como principais ganhos para a mulher que trabalha fora o aumento de “autoconfiança/auto-estima” (18,9% das respostas), “independência financeira” (17,7%), “autonomia/liberdade” (15,4%), “mais conhecimento” (12,4%) e “ajuda financeira” (11,2%). Como aspectos positivos do trabalho feminino para o marido/companheiro os sujeitos apontaram como principais “ajuda financeira” (59,6%) e “fortalece a relação/diálogo” (21,0). Para o casal/família, os homens entrevistados identificam a “ajuda financeira” (40,9%) e o “fortalecimento da relação/diálogo” (20,4%) como as principais conseqüências positivas do trabalho feminino fora de casa.

Tabela 3 – Conseqüências positivas do trabalho feminino para a mulher/companheira, para o marido/companheiro e para o casal/família

Categorias	Para a Mulher Companheira				Para o Marido Companheiro				Para o Casal/Família			
	Grau			N = 169	Grau			N = 119	Grau			N = 127
	1ª	2ª	3ª		%	1ª	2ª		3ª	%	1ª	
Autoconfiança, autoestima	10	8	4	18,9					-	5	1	4,7
Independência financeira	15	8	7	17,7	2	1	4	5,0	3	-	-	1,6
Autonomia, liberdade	5	11	10	15,4								
Mais conhecimento	5	4	12	12,4					-	-	7	5,5
Ajuda financeira	12	3	4	11,2	24	26	21	59,6	20	19	13	40,9
Crescimento pessoal	1	4	7	7,1								
Maior contato social	3	3	5	6,5					0	1	3	3,2
Sair da rotina/ocupar a mente	7	2	1	6,0					-	-	2	1,6
Subir na vida	1	2	1	2,4								
Não há	-	1	-	0,6	2	1	-	2,5	1	2	1	3,2
Fortalece a relação, diálogo					6	7	12	21,0				
“Liberdade” para o marido					2	2	1	4,2				
Normal/não prejudica					-	1	3	3,4	1	-	1	1,6
Informar, exemplo para o filho									-	2	4	4,7
Comprar coisas para o filho									2	2	-	3,2
Distância, saudades									3	-	-	2,3
Não sei									1	3	-	3,2
Outras respostas	1	1	1	1,8	1	1	2	3,4	2	-	3	3,9
Total	60	47	62	100,0	37	39	43	100,0	35	49	43	100,0

De modo geral, pode-se observar para as consequências positivas do trabalho feminino uma menor diversidade de respostas relacionadas ao marido, explicada em parte por uma expressiva concentração de respostas na categoria “ajuda financeira” (59,6% das respostas). Para o casal/família, há uma maior diversidade de consequências positivas. Contudo, como consequência positiva mais recorrentemente citada também temos “ajuda financeira” (40,9% das respostas), apresentando o dobro das respostas da segunda categoria mais frequente (“fortalece a relação, diálogo” – 20,4% das respostas). Nas consequências positivas relacionadas à mulher/companheira destaca-se o fato de que das dez categorias apresentadas, seis podem ser relacionadas de forma mais direta ao que poderíamos chamar de esfera pessoal da mulher trabalhadora (“autoconfiança, autoestima”, “autonomia, liberdade”, “mais conhecimento”, “crescimento pessoal”, “maior contato social”, “sair da rotina, ocupar a mente”), enquanto outras três relacionam-se a aspectos mais explicitamente financeiros (“independência financeira”, “ajuda financeira”, “subir na vida”). Na tentativa de articular essas informações, poderíamos propor a caracterização mais geral: a) trabalhar fora de casa faz bem para a mulher (nessa direção é possível também considerarmos a possível percepção, por parte dos entrevistados, do trabalho realizado em casa como pouco estimulante tanto intelectual quanto socialmente, e do realizado fora como mais rico em experiências/crescimento pessoal, autoconfiança, etc.); e b) tanto para o casal/família quanto para o próprio marido/companheiro, mais fortemente para este, a maior vantagem do trabalho feminino é financeira. Essa bem marcada diferenciação entre as consequências do trabalho feminino pode estar apontando, segundo os sujeitos entrevistados, a manutenção do atributo de provedor relacionado ainda fortemente ao homem e a caracterização mais geral do trabalho feminino entendido com uma concessão do marido, objetivando o bem da própria esposa, o que poderíamos sintetizar na afirmação “precisar trabalhar não precisa (ainda que sim), mas ajuda e faz bem a ela”.

Quando solicitados a informarem quais seriam as possíveis consequências negativas do trabalho feminino para a mulher/companheira (Tabela 4), os sujeitos apontaram a “distância dos filhos” (25,0% das respostas), a “dupla jornada” (18,1%), o “estresse, cansaço, desgaste” (11,2%) e o “assédio, risco de traição” (7,8%) como as principais. Deve-se observar que 16,4% das respostas negam existir consequências negativas do trabalho feminino para a própria mulher. Constatou-se que 26,1% dos homens afirmaram não haver

Tabela 4 – Consequências negativas do trabalho feminino para a mulher/companheira, para o marido/companheiro e para o casal/família

Categorias	Para a Mulher Companheira				Para o Marido Companheiro				Para o Casal/Família			
	Grau			N = 116	Grau			N = 115	Grau			N = 111
	1ª	2ª	3ª		%	1ª	2ª		3ª	%	1ª	
Distância dos filhos	2	11	16	25,0	3	4	4	9,6	12	16	14	37,9
Dupla jornada	7	4	10	18,1								
Não tem	7	6	6	16,4	10	14	6	26,1	9	6	2	15,3
Estresse, cansaço, desgaste	4	6	3	11,2	-	3	3	5,2	3	1	-	3,6
Assédio, risco de traição	6	3	-	7,8	5	1	2	7,0	3	-	-	2,7
Distância da família	-	4	3	6,0								
Deixar o serviço de casa	2	3	1	5,2	5	5	8	15,6	3	5	4	10,8
Falta de tempo para o marido					4	11	5	17,4	1	1	2	3,6
Homem fazer serviço doméstico					5	-	1	5,2	2	-	-	1,8
Falta de tempo para casal/família									2	8	7	15,3
Ausência da casa									1	1	3	4,5
Outras respostas	7	3	2	10,3	4	5	7	13,9	1	2	2	4,5
Total	35	40	41	100,0	36	43	36	100,0	37	40	34	100,0

consequências negativas do trabalho feminino para o marido/companheiro. Aqueles que indicaram a existência dessas consequências apontaram como principais a “falta de tempo para o marido” (17,4%), o fato de a mulher, ao trabalhar fora, “deixar o serviço de casa” (15,6%) e a “distância dos filhos” (9,6%). Segundo os entrevistados, as principais consequências negativas do trabalho feminino para o casal/família são a “distância dos filhos” (37,9% das respostas) e a “falta de tempo para o casal/família” (15,3%). Do total de 111 respostas categorizadas para essa questão, 15,3% indicam não haver aspectos negativos decorrentes do trabalho feminino para o casal/família.

Para o grupo de consequências negativas, podemos propor também uma caracterização mais abrangente, considerando agora as diferenças relativas à escolaridade dos respondentes. De modo geral, pode-se apontar, por exemplo, uma possível relação mulher-mãe mais forte para os sujeitos com 2ª e 3ª graus, pois a categoria “distância dos filhos” (25% das repostas para consequências negativas para a mulher/companheira) é composta, comparativamente, por um menor número de respostas de sujeitos com 1ª grau. Também é significativa a porcentagem de sujeitos que afirmaram não haver consequências negativas do trabalho feminino para o marido/companheiro (26,1% das respostas). Contrariando uma primeira percepção que poderia sugerir, numa comparação entre a forte indicação de consequências positivas e a não identificação de negativas, conforme já indicado também nas associações livres,

um avanço no reconhecimento do trabalho feminino por parte dos entrevistados, é possível argumentar que essa não-indicação de consequências negativas pode estar mais relacionada a um “não me atinge” do que propriamente a um reconhecimento/valorização do trabalho feminino por parte dos entrevistados (observar o “não tem” para mulher/companheira – 16,4% das respostas – e para o casal/família – 15,3% das respostas). Nesse sentido, pode-se também observar que as principais consequências pessoais do trabalho feminino para a própria mulher não se estendem como consequências positivas para o marido/companheiro e se estendem de maneira muito limitada para o casal/família. Numa possível escala de prioridades para os respondentes poderíamos ter: eles próprios (categorias “falta de tempo para o marido” e “homem fazer serviço doméstico”), a casa (categorias “deixar o serviço de casa” e “homem fazer serviço doméstico”), os filhos (categoria “distância dos filhos”), a honra masculina (categoria “assédio, risco de traição”) e a mulher (categoria “stress, cansaço, desgaste”). Observa-se que, em geral, a grande parte das mais frequentes categorias de consequências negativas para o marido/companheiro e para o casal/família relaciona-se ao distanciamento da mulher, em função do trabalho, dos seus papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. O conjunto dessas informações indica a manutenção da invisibilidade da mulher como sujeito, sendo mais valorizada pelos papéis/atividades de mãe, esposa e dona de casa.

Como vimos anteriormente, as esposas/companheiras de 7% dos entrevistados nunca trabalharam e 37% não trabalham atualmente, apesar de já o terem feito. Como principais motivos ($N = 37$) para a não inserção atual dos cônjuges no mercado de trabalho, os entrevistados apontam a necessidade da mulher “cuidar dos filhos/outros familiares” (27,5%), o “desemprego” (25,0%), a aposentadoria (12,5%), “problemas de saúde” (10,0%) e “gravidez” (7,5%).

Sobre o percentual de contribuição de cada um dos cônjuges para a renda familiar, as respostas apontaram para a seguinte contribuição financeira dos homens entrevistados cujas esposas/companheiras trabalham atualmente (56): a) de 75 a 90% da renda familiar (19,6% das respostas); b) de 60 a 74% da renda familiar (33,9%); c) 50% da renda familiar (25% das respostas); d) de 25 a 40% da renda familiar (12,5% das respostas); e) até 25% da renda familiar (1,8%); e f) sem informação (7,2%). Perguntados sobre a forma como o rendimento dos dois é distribuída para o sustento familiar (quem

paga o quê), 52,7% desses entrevistados (N = 55/1 sujeito sem informação) afirmaram não haver divisão no pagamento das despesas. Para os outros 47,3% a divisão dos rendimentos aponta para uma configuração em que o salário masculino paga predominantemente gastos com a manutenção do domicílio (aluguel, condomínio, água, luz, financiamentos, compras de supermercado) e a educação formal dos filhos. Também para esses últimos respondentes o dinheiro da esposa/companheira se destina principalmente aos gastos pessoais dela (salão de beleza, cosméticos, telefone) e a alguns daqueles relacionados também aos filhos (aulas de inglês, vestuário, passeios).

Quando perguntados sobre a realização de tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, 69 sujeitos afirmaram que o fazem com muita frequência ou sempre. A Tabela 5 mostra que o índice de participação declarada nessas tarefas é maior entre os de escolaridade mais baixa (1ª grau) e os de menor idade (20-29 e 30-39 anos). Admitindo-se que geralmente níveis de escolaridade e de classe social encontram-se associados, podemos considerar em relação à menor participação dos homens com escolaridade mais elevada, e possivelmente classe social também mais elevada, que estes tenham menos necessidade de realizar tarefas domésticas, já que em geral os casais contam com o suporte de empregados domésticos advindos de classe social e de escolaridade com níveis mais baixos, sendo ainda a administração, orientação e fiscalização dos empregados domésticos responsabilidade das mulheres/esposas. Além disso, é necessário observar aqui que, muitas vezes, participação nas tarefas domésticas para os entrevistados significa cozinhar nos fins de semana, regar as plantas ou lavar o quintal. Raramente afirmam terem trocado fraldas ou levantado à noite para atender a um chamado do filho.

Considerando as reflexões de Trindade (1998) sobre a utilização do termo “ajuda” na caracterização de atividades tipicamente masculinas e femininas,

Tabela 5 – Participação dos entrevistados nas atividades domésticas

	1ª Grau	2ª Grau	3ª Grau	Total	%
20-29	8	5	5	18	26,1
30-39	7	8	5	20	29,0
40-49	5	6	5	16	23,2
50-59	7	4	4	15	21,7
Total	27	23	19	69	-
%	39,13	33,33	27,54	-	100,00

as respostas fornecidas pelos nossos entrevistados também apontam para certa cristalização da percepção dessas atividades no contexto familiar. No nosso caso, o verbo ajudar qualifica a participação dos homens nas tarefas domésticas e das mulheres no aumento da renda familiar. Também é necessário destacar que os homens parecem “escolher” as tarefas que realizarão esporadicamente entre aquelas que mais lhes “agradam”, ou que são menos custosas, enquanto o trabalho e a renda das mulheres são qualificados, por quase metade dos entrevistados, como de menor valor para o orçamento doméstico e são considerados, algumas vezes, como uma forma de suprir os caprichos femininos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigações recentes têm apontado percepções mais igualitárias relacionadas às concepções de homem e mulher (ARAÚJO e SCALON, 2005). Nessa mesma direção, as representações sociais de marido/companheiro e esposa/companheira ideais encontradas nessa investigação também apontam um compartilhamento importante de elementos. Entretanto, a perspectiva estrutural das representações sociais entende que a mudança de uma representação está diretamente condicionada à mudança do seu núcleo. Não nos parece ainda ser o caso para as representações de esposo/companheiro e esposa/companheira ideais. De forma mais diretamente relacionada ao objetivo deste trabalho, pode-se perceber uma ainda fraca associação do atributo “trabalhadora” à representação de esposa/companheira. Considerando-se ainda a existência de um estreito vínculo entre práticas e representações, essa informação somada à recorrente identificação do trabalho feminino como uma ajuda financeira ao marido confirma a resistência, por parte dos homens, a uma atuação mais igualitária na execução de tarefas domésticas. Sendo o resultado do trabalho feminino entendido como acessório na manutenção do lar, as vantagens pessoais identificadas como dele decorrentes para as mulheres de certa forma podem estar justificando essa não participação mais igualitária, ou seja, na prática, se trabalhar faz tão bem para ela, é natural que ela arque com as consequências, entre elas a dupla jornada.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In: _____. (Org.). *Prácticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Ccoyacán, 2001. p. 11-34.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ____; _____. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-77.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 127-147, 2002.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina* (M.I.D. Estrada, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BANCHS, Maria Auxiliadora. Representaciones sociales, memoria social e identidad de género. *Akadosmos*, Caracas, n. 2, v. 1, p. 59-76, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (C. Rapkiewicz, Trad.). São Paulo: Senac, 2003. p. 323-361 (capítulo suplementar).

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/1995). In: ROCHA, Maria Isabel B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58.

CECCHETTO, Fátima R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CONNEL, Robert W. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Ed.). *Masculidades: poder e crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997. p. 31-48.

FLAMENT, Claude. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações sociais* (L. Ulup, trad.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 173-186.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Nadya A. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 9, v. 1, p. 82-102, 2001.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

ITABORAÍ, Nathalie R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, n. 2, v. 20, p. 157-176, jul./dez. 2003.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 4, v. 9, p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, verguenza y silencio em la identidad masculina. In: VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (Ed.). *Masculidad/es: poder e crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997. p. 49-62.

LEAL, Ondina F.; BOFF, Adriane M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspective relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 119-135.

LEONE, Eugenia T. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, Maria Isabel B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000. p. 85-110.

MELO, Hildete P. De criadas a trabalhadoras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 6, p. 323-357, 1998.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. (Pedrinho A. Guareschi, trad). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, João Manuel; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 14, v. 3, p. 597-615, 2006.

PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

RIBEIRO, Carlos A. C. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 173-201.

ROCHA-COUTINHO, Maria L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC, 2005. p. 122-137.

SALEM, Tania. “Homem... já viu, né?” Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 15-61.

SARTI, Cyntia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SOARES, Sergei; IZAKI, Rejane S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Texto para discussão nº 923. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMAM, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

TRINDADE, Zeidi A. Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. In: SOUZA, Lidio; RODRIGUES, Maria Margarida P.; FREITAS, Maria Fátima Q. (Org.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1998. p. 129-156.

TRINDADE, Zeidi A.; NASCIMENTO, Adriano R.A. O homossexual e a homofobia na construção da masculinidade hegemônica. In: SOUZA, Lidio; TRINDADE, Zeidi A. (Org.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 146-162.

TRINDADE, Zeidi. A.; NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. Resistência e mudança: representações de homens e mulheres ideais. In: OLIVEIRA, Ângela Maria; SANTOS, Maria Fátima. S.; DINIZ, Gláucia R. S.; TRINDADE, Zeidi A. (Org.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano*. estudos em representações sociais. Brasília: Universidade de Brasília. 2006. p. 187-214.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 107-128.

Social representation of work by women for married men

Abstract

The modest change in the sharing of household and family chores by man and wife pointing to a likely maintenance of the traditional characterization of female work outside the house as of lesser value, indicates a progressive consolidation of women's work as a female attribute within a context of continuing inequality of rights and duties in the daily lives of spouses. In this sense, an attempt was made to investigate the social representation of female work for a group of married men. The results demonstrate that women's personal and financial profits do not change significantly their attributions in the traditional roles of mother, spouse and housewife. In this sense, female work is understood as a right granted to women, which should not imply in the abandonment of their female "duties".

Keywords

Female work; social representations; gender; citizenship.

Artigo recebido em: 6/11/2008

Aprovado para publicação em: 18/11/2008